

**AUTORES E HISTÓRIAS EM MOVIMENTO:  
OCUPANDO ESPAÇOS E PERPETUANDO SABERES NA LITERATURA  
INDÍGENA PARA CRIANÇAS E JOVENS**

**AUTHORS AND STORIES IN MOTION:  
OCCUPYING SPACES AND PERPETUATING KNOWLEDGE IN  
INDIGENOUS LITERATURE FOR CHILDREN AND YOUNG PEOPLE**

Rosana Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

Rosângela Aparecida Ferreira Lima<sup>2</sup>

Leila Silvia Sampaio<sup>3</sup>

**RESUMO:**

Esta pesquisa apresenta um breve panorama da literatura de autoria indígena para crianças e jovens que vêm se afirmando na contemporaneidade. A partir da teoria dos polissistemas, fundamentada por Even-Zohar (2020), analisou-se a produção de autores indígenas em movimento, considerando sua presença no intercâmbio com o sistema literário, incluindo espaços, como a escola, a academia e premiações. A literatura de autoria indígena infantil e juvenil participa de um repertório que se caracteriza pelo reconto, pela oralidade, pelo animismo, pela fantasia e aventura, vivenciada por personagens crianças. Para confirmar esse diálogo, são apresentadas obras contempladas na premiação *Jabuti: A boca da noite* (2016), de Cristino Wapichana; *Vozes Ancestrais* (2016), de Daniel Munduruku; e *Aptyama: Floresta de histórias* (2023), de Kaká Werá. O movimento compromissado com a transmissão da ancestralidade posiciona a cultura indígena enquanto cultura viva, presentificada e atuante no polissistema cultural.

**Palavras-chave:** literatura indígena; literatura infantil e juvenil; polissistema literário

**ABSTRACT:**

This research presents a brief overview of indigenous literature for children and young people that has been asserting itself in contemporary times. Based on the theory of

---

<sup>1</sup> Professora na UNEMAT, do PROFLETRAS e PPGLETROS, campus de Sinop-MT. Doutora em Letras pela UNESP, Campus de São José do Rio Preto. Integra o grupo de pesquisa em estudos literários GECOLIT e o grupo da ANPOLL, Leitura e Literatura Infantil e Juvenil., E-mail: [rosana.silva@unemat.br](mailto:rosana.silva@unemat.br)

<sup>2</sup> Professora na UFPE, do curso de Letras, campus de Recife. Doutora em Letras pela UNESP; E-mail: [rosangela.flima@ufpe.br](mailto:rosangela.flima@ufpe.br)

<sup>3</sup> Professora na rede estadual do Estado de Mato Grosso, Colider-MT. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, pela UFMT/Cuiabá. Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, UNEMAT, Campus de Sinop. E-mail: [leilasampaio70@gmail.com](mailto:leilasampaio70@gmail.com)

polysystems, founded by Even-Zohar (2020), we analyze the production of indigenous authors in movement, considering their presence in the exchange with the literary system, including spaces such as school, academia, and awards. Indigenous children's and young people's literature participates in a repertoire that is characterized by retelling, orality, animism, fantasy, and adventure experienced by child characters. To confirm this dialogue, we present the works contemplated in the *Jabuti* award: *A boca da noite* (2016), by Cristino Wapichana; *Vozes Ancestrais* (2016), by Daniel Munduruku; *Aptyama: Floresta de histórias* (2023), by Kaká Werá. The movement committed to the transmission of ancestry positions indigenous culture as a living, present, and active culture in the cultural polysystem.

**Keywords:** indigenous literature; children's and young people's literature; literary polysystem

### Considerações iniciais:

As histórias narradas para infância, no momento em que eram literarizadas nos contos clássicos, ofertavam o universo imaginário da vida de princesas, de magia e de superação, ambientados em paisagem europeia. No contexto de formação da literatura infantil e juvenil brasileira, a autoria indígena inexiste no mercado editorial, enquanto a representação da personagem indígena foi construída pela perspectiva do colonizador. Essa figuração implantada no/pelo colonialismo reforçou preconceitos e tem colaborado para perpetuar estereótipos que marginalizam os povos indígenas.

Das ações e leis afirmativas que confrontam essa realidade, merece destaque a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que exigiu o estudo da história e da cultura indígena, influenciando o mercado editorial e contribuindo para a publicação de livros de autores indígenas. As edições dessas obras passaram a ser contempladas na seleção do material que chega às bibliotecas escolares, por meio de ações de programas de fomento à leitura. Com a promulgação da lei afirmativa, as literaturas indígenas foram vistas como resposta aos objetivos da educação étnico-racial, possibilitando romper com estereótipos de livros didáticos e de obras literárias que têm recontado a história da colonização pela perspectiva eurocêntrica.

A literatura indígena nasce como reação estratégica, “como um instrumento de libertação, de conscientização”, nas palavras de Eliane Potiguara:

Estava todo mundo ocupando nossos espaços. Eu vi centenas de pessoas escreverem sobre as lendas indígenas, alterando o

conteúdo do texto, o final da história. Escritores que não eram indígenas, que pegavam um mito e alteravam para um texto escrito. Muda tudo. Não pode ser mudado. Aquilo é feito por indígena, alguém tem de defender esse território também<sup>4</sup>.

Mais do que conscientização, foi preciso ocupar espaços culturais e políticos, antes não ocupados. A literatura de autoria indígena passa a entoar as vozes de seus povos; a operar a resistência simbolizada na práxis artística-literária, ofertando uma visão compromissada com a difusão das culturas dos povos nativos e comprovando uma relação dinâmica com o polissistema cultural.

### **1. Ocupando espaços no polissistema cultural.**

Na atualização do conceito de cultura, engendrada pelos estudos culturais, o literário acompanha o movimento da cultura, distanciando-se de uma definição elitista e reducionista, para aproximar-se de um sistema múltiplo que envolve questões referentes a mercado editorial, à formação de leitores, aos incentivos de políticas públicas e às ações universitárias e acadêmicas que correlacionam o fazer literário a uma práxis reflexiva e interventiva, em um amplo espaço de discussão social e cultural. Desse modo, os estudos culturais embasam pesquisas literárias e metodológicas para a prática de leitura e análise de autorias indígenas, ainda não canonizadas, em um contexto da educação étnico-racial.

Para vincular-se à pluralidade dessas vozes, o conceito do literário desvincilha-se de um “valor” estético, de validade atemporal. Nessa perspectiva, a teoria do polissistema, fundamentada pelo crítico israelense Itamar Even-Zohar, propõe a revisão de juízos de valor como critérios para seleção de objetos de estudo:

Aceitando a hipótese do polissistema, é necessário aceitar também que o estudo histórico de polissistemas históricos não pode circunscrever-se às chamadas “obras-primas”, apesar de alguns as considerarem a única maneira de se iniciar os estudos literários. Este tipo de elitismo não é compatível com uma historiografia literária, do mesmo modo que a história geral não pode mais apenas ser a narração das vidas de reis e generais (Even-Zohar, 2013, p. 5)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> <https://revistacult.uol.com.br/home/eliane-potiguara-perfil/>

<sup>5</sup> Tradução de Luís Fernando Marozo; Carlos Rizzon; Yanna Karlla Cunha, em <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/42899>

O conceito de literatura não se restringe ao conceito de cânone, mas é pensado em uma perspectiva ampliada, em uma rede de relações referentes a um conjunto de fatos ou fenômenos observáveis interdependentes. Desse modo, a literatura está correlacionada a uma dinâmica para além do texto escrito e publicado. Na teoria de polissistema, as comunicações humanas são pensadas como sistemas interligados, descortinando uma literatura plural que em sua manifestação inclui formas diversas de expressão, criação e atuação humanas.

A partir dessa visão sistêmica, Luís Fernando da Rosa Marozo, pesquisador e tradutor da obra de Even-Zohar, reconhece que os textos literários poderão ser pensados como bens valorizados por instituições e vinculados a um repertório legitimado.

Isso requer pensar os “textos” como construções por um produtor, inseridos em certo contexto social, vinculados a um discurso de poder moldado segundo certo repertório aceitável e legitimado por determinadas instituições. Outro aspecto relevante nessa concepção de sistema é a abertura para análise de outros aspectos relacionados à literatura, tais como as livrarias, as feiras, as escolas, as premiações etc (Marozo, 2018, p. 17).

O polisssistema exige do estudioso da literatura um olhar investigativo sobre as relações entre escritores, leitores, educadores, enfim todos os produtores que atuam no sistema literário. A literatura infantil contemporânea, compreendida nessa perspectiva, é considerada como parte desse sistema que compartilha um repertório<sup>6</sup> que mantém relações de contiguidade com outros sistemas culturais. O repertório literário da obra infantil é regulamento pelo que seus produtores (escritores, ilustradores, designers gráficos, editores, etc) planejam para conquistar o público leitor. Compreendido, portanto, como um conjunto de características que pode atender a vários níveis, o repertório literário, compartilhado pelos produtores da narrativa infantil destinada a crianças, detém-se no lúdico, na aventura, na fantasia, na presença de personagens que incorporam a infância, no trabalho com a ilustração. Essa negociação entre produtores deve despertar não só o interesse do pequeno leitor, mas também de um público adulto,

---

<sup>6</sup> Itamar Even-Zohar, em **El sistema literario** (1990), define repertório como o conjunto de regras e materiais que regem a produção de uma obra. "Pré-conhecimento" e "acordo" são, portanto, as noções-chave do conceito de "repertório".

primeiro receptor, os responsáveis pela seleção, análise, aprovação e recomendação da obra para criança.

Em diferentes instâncias, a literatura infantil percorre um caminho que passa pela legitimação de instituições. O pesquisador Rildo Cosson (2016), a partir da teoria de Even-Zohar, comprehende um novo posicionamento crítico diante desse gênero literário que participa da dinâmica do polissistema:

Tendo como base a teoria do polissistema de Even-Zohar (2010), podemos ler a literatura infantil como um sistema dentro do polissistema literário e não apenas um adjetivo que recobre um gênero, uma segmentação etária ou uma classificação mercadológica, ainda que esses elementos estejam presentes na constituição do sistema literário infantil. Dentro do polissistema literário, a literatura infantil, quer por ter uma demarcação mais recente, quando comparada com outros sistemas literários, quer por manter histórica ligação com a escola, não ocupa uma posição central (2016, p. 52).

Nesse contexto, o trabalho com a literatura em ambiente escolar demanda também pesquisas extrínsecas ao texto literário. Ainda que seja reconhecida a tradição da escrita e do livro, o estudo de outras artes e de gêneros textuais, bem como o diálogo com as mídias, as performances, os jogos e dramatizações, são considerados na interação com a obra e o leitor. Explicando essa complexidade das relações no sistema, Even-Zohar argumenta que “la teoría de los polisistemas ha sido gradualmente empujada a ampliar el abanico de factores que se reconoce como "pertenecientes al sistema" (1990, p. 26). Do mesmo modo, a pesquisa literária se vê ampliada na investigação do papel e influências das premiações, das livrarias, das editoras, das escolas, das academias, dos clubes de leitura, das leis de incentivo à cultura e demais instituições que fomentam e fazem circular as obras.

Acerca das premiações literárias, os pesquisadores João Luís Ceccantini e Thiago Alves Valente discorrem sobre as principais instituições premidoras brasileiras na área da literatura infantil e juvenil, reconhecendo o papel de diferentes prêmios no “contexto da economia das trocas simbólicas inseridas no universo literário” (p. 12, 2022)<sup>7</sup>. Uma vez correlacionados à expansão do mercado editorial, os prêmios literários possuem atuação imprescindível na movimentação dos sistemas literários de todas as

---

<sup>7</sup> Em capítulo *Prêmios literários na literatura infantil e juvenil brasileira*, na obra *Literatura premiada para crianças e jovens: da composição à sensibilização* (2022).

faixas e representações. Segundo os críticos, embora o tema da premiação tenha sido pouco estudado, temos uma tradição consolidada, um espaço propício a ser pesquisado.

Nesse sentido, ainda que não possamos creditar ao mercado, inocentemente, apenas as melhores das intenções, temos de observar que os espaços de premiação colocam lado a lado figurações do capital, da crítica, da arte e da leitura em um espaço simbólico propício a discussões de maior envergadura (p. 40, 2022).

No polissistema nacional, o *Prêmio Jabuti*, criado em 1958, articula a valorização de obras e autores. A cada edição, novas obras são contempladas comunicando à sociedade e à academia o reconhecimento valorativo de livros, autores, produtores e editoras. Em 2017, a categoria infantil selecionou em 3º lugar a obra *A boca da noite*, de Cristino Wapichana; no mesmo ano foi premiada em 2º lugar, na categoria juvenil, *Vozes Ancestrais*, de Daniel Mundukuru. Recentemente em 2024, o prêmio contemplou em 1º lugar na categoria juvenil, *Apytama: Floresta de histórias*, de Kaká Werá. Embora seja reduzido o número de premiação dessa literatura em uma instância renomada de legitimação do literário, a ocupação desse espaço comprova a movimentação e conquistas de autores que vêm se destacando no gênero.

Ainda nesse cenário de promoção, importa reconhecer o papel da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, FNLIJ<sup>8</sup>. A instituição realiza o *Prêmio FNLIJ – O Melhor para Criança*, atribuindo o selo *Altamente Recomendável*. Em parceria com o Instituto UKA – *Casa dos Saberes Ancestrais*, a fundação promove o *Concurso Tamoios de Textos de Escritores Indígenas*. O selo FNLIJ e o Concurso Tamoios garantiram um espaço de premiação e reconhecimento que propiciou visibilidade à literatura indígena para crianças e jovens no contexto escolar.

No exercício de pensar a literatura indígena articulada a outros meios e sistemas culturais, é válido refletir sobre o papel e influência da *Academia Brasileira de Letras* (ABL). Inaugurada em 1897, objetivando o “cultivo da língua e da literatura nacional”<sup>9</sup>, a instituição legitima obras e consagra autores, ao atribuir-lhes valor histórico e literário. Em 2023, a eleição de Ailton Krenak assinalou o início de abertura das portas da academia para a literatura dos povos originários, o que denota o reconhecimento

<sup>8</sup> <https://linktr.ee/fnlij?ut>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.academia.org.br/academia/quem-somos>. Acesso em janeiro de 2025.

acadêmico e oficial de sua importância para a constituição de um cenário cultural brasileiro.

Na interação dos sistemas, educacional e literário, a autoria indígena é negligenciada, tendo seu alcance garantido apenas por políticas públicas. Sobre essa ausência das culturas indígenas no sistema da educação brasileira, Edson krenak afirma:

Por que as escolas? Por que uma lei que atinge diretamente o sistema educacional? Porque nada tem sido mais efetivo e mais poderoso para anular e apagar as culturas indígenas ao redor do planeta do que o sistema educacional estatal, nossas ideias, nosso conhecimento, nossa literatura, imagem e existência não são apenas diminuídos ou apagados nos livros e nos currículos. (Krenak, 2019, p. 351)

Com o objetivo de reverter esse apagamento, o *Programa Nacional Biblioteca da Escola*, criado em 1997, lançou o *PNBE Indígena*<sup>10</sup>, uma versão dedicada à aquisição de obras indígenas ou de temática indígena, a fim de garantir e valorizar a diversidade étnica. Contudo, a pesquisa de Carina Pataxó reconhece que, embora o PNBE tenha exercido papel relevante para a leitura literária em âmbito escolar, há pouca presença nos acervos selecionados de livros de temática indígena e literatura de autoria indígena, o que leva a pesquisadora a questionar o “papel da política pública no reconhecimento e circulação das culturas indígenas no campo da educação escolar” (2024, p. 110).

Os livros didáticos e materiais estruturados, assim como a lista de obras literárias relacionadas, colaboram para uma educação formadora que atenda formas de dominação que a escola, como aparelho ideológico, busca manter. A literatura de autores indígenas, por sua vez, embora tenha um compromisso de ensinar, escapa de modelos utilitaristas e do viés colonizador. Contrapondo-se ao conservadorismo ideológico da educação capitalista, a literatura indígena para crianças e jovens convida à aventura, ao contato com a natureza, ao conhecimento de sua ancestralidade, de forma livre, sem preconceitos. Um exemplo dessa liberdade concedida à personagem criança, está no livro *Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena* (2011), de Olívio Jekupé, na figura do menino Carlos. O protagonista experiencia a vida na aldeia, aprendendo o som dos pássaros, os nomes de árvores e conhecendo o ritual em que todos, inclusive o

---

<sup>10</sup> O PNBE indígena selecionou acervos literários para serem distribuídos no ano letivo de 2015. Disponível em <https://portal.mec.gov.br>. Acesso janeiro de 2025.

curumim, compartilham um cachimbo, a fim de adquirirem proteção e força espiritual. Desse modo, a literatura infantil indígena não se prende à padronização de comportamentos, no sentido hegemônico ocidental. Ao trazer a vivencia indígena, os autores demonstram uma práxis de escrita literária comprometida com a sabedoria ancestral, cultivada na resistência de seu repertório de oralidades, personagens, ritos e temas míticos.

## **2. Literatura infantil e juvenil indígenas: autores e histórias em movimento**

Como resposta e resistência a um cenário em que persiste a colonialidade, o movimento indígena nasceu, movido pela intenção de denunciar a exclusão e violência, ainda não superadas, contra os povos originários. O movimento, na medida em que desvela a existência da diversidade cultural e linguística, trouxe conquistas de leis e diretrizes que tornaram obrigatória a inclusão no currículo oficial da cultura indígena, o que comprova seu caráter educativo, conforme ressalta Munduruku (2012, p. 18).

A formação da literatura indígena brasileira, a partir da década de 1990, está correlacionada a esse movimento, conforme assinalam os pesquisadores Julie Dorrico, Leno e Fernando Danner (2018). Os escritores e ativistas indígenas se conscientizaram da necessidade de organização de um grupo coeso, um “sujeito público-político”, que passou a compor um grupo em movimento, a fim de combater a marginalização e violência ainda presentes. O movimento foi revigorado com a caravana *Mekukradjá*, idealizada por Daniel Munduruku. Segundo Edson Krenak (2019), a caravana buscou levar à sociedade não indígena a vivência e o contato com povos originários, por meio de apresentações culturais que incluem contação de histórias, apresentações de danças, cantos, pinturas corporais e rodas de conversa com os autores indígenas.

A pesquisa voltada à atuação do escritor indígena associa sua literatura à práxis de uma voz “politzante, carnal e vinculada, que se processa como relato autobiográfico-testemunhal autônomo, crítico” (Danner; Dorrico; Danner, 2018, p. 173). O Movimento Indígena brasileiro, “que se originou e se desenvolveu dentro do conjunto de acontecimentos sociais eclodidos a partir da década de 70” (Munduruku, 2012, p. 11) ressoa nesta literatura contemporânea, ativista e comprometida de autores que também escrevem para o público infantil e juvenil, ou indistintamente.

O público da literatura indígena nem sempre foi ou será definido. Alguns autores escrevem para qualquer idade, classificando apenas quando se trata de uma exigência de editoras que necessitam especificar seus grupos de leitores:

Somos povos da oralidade e sempre contamos nossas histórias, sem classificar os ouvintes. O contador é ouvido por crianças, jovens e adultos. Encontro dificuldade quando entrego meus textos para as editoras, pois preciso manobrar a escrita para conseguir a publicação, seguindo as regras de fora que, às vezes, é difícil para nós. Vou dar um exemplo de um dos nossos costumes. Na casa de reza, todos, crianças, jovens e adultos fumam o cachimbo, mas é nossa cultura que é totalmente diferente da cidade. Penso que é preciso respeitar nossa cultura que é contada nas histórias, mas esse exemplo que citei, essa forma diferente de viver, nossas crenças, acaba sendo um fator que preocupa as editoras (Jecupé, 2021, p. 481)<sup>11</sup>.

A oralidade e ancestralidade que caracterizam essa literatura não distingue ouvintes, tampouco classifica por faixa etária. A literatura indígena, ao apresentar a separação para um público criança e/ou jovem, participa da negociação com o polissistema cultural, atendendo ao mercado de editoras e as regras que condicionam a produção e publicação. Este percurso vem sendo traçado nas últimas décadas, com o empenho e envolvimento de grupos de escritores. O início dessa trajetória foi marcado pela publicação de *Antes o mundo não existia* (1980), dos autores Umúsin Panlôn Kumú e Tolmân Kenhíri. O livro, publicado quase ao final do século XX, registra a ancestralidade das narrativas orais da cultura Desana e destinou-se, a princípio, à instrução do público indígena.

Na década seguinte, Daniel Munduruku publica *Histórias de índio* (1996), pela Companhia das Letrinhas, a primeira obra catalogada como infantil e juvenil de autoria indígena. Valendo-se de gêneros variados, tais como crônicas, desenhos, contos e depoimentos, o autor apresenta, de forma lúdica, mas também informativa, a cultural do seu povo. O autor possui 65 livros publicados<sup>12</sup>, no Brasil e no exterior, premiados nacional e internacionalmente, o que auxiliou a dar visibilidade à literatura dos povos originários. Suas obras publicadas propõem a reflexão sobre conceitos, preconceitos e

---

<sup>11</sup> Entrevista cedida às pesquisadoras Leila S. Sampaio e Luzia Ap. Oliva. In: PEREIRA, D. C.; OLIVIERI-GODET, R.; SANTOS, R. C. Z. Dossiê: **Tensões identitárias, diálogos e desafios na representação do indígena na literatura brasileira desde o século XVI**.

<sup>12</sup> Informação do blog do escritor. Disponível em <https://danielmunduruku.blogspot.com/p/daniel-munduruku.html>. Acesso em janeiro de 2025.

estereótipos que a sociedade não-indígena dissemina, em constante desrespeito à diversidade cultural que constitui a identidade brasileira. O estilo, por vezes, bem-humorado, ao modo de crônicas, confronta as histórias oficiais e desconstrói estereótipos sobre a identidade dos povos nativos, ao passo que constrói novas possibilidades “de ser indígena, identidades mais próximas do real e que confirmam as definições de cultura, entendida em sua diversidade e dinamicidade” (Silva; Polastrini, 2022, p. 52).

A partir do movimento indígena, e graças às suas conquistas, surgem escritores nativos que hoje se dedicam também à escrita para crianças e jovens, com um repertório comum sustentado na ancestralidade de cada povo. São autores que dão visibilidade às literaturas, que palestram, contam histórias e vivenciam performances, em cenários culturais e acadêmicos. Ademario Ribeiro, do Povo Payayá, lembra que autores indígenas são vozes empoderadas, “graças ao lugar de onde falam, escrevem e têm as suas origens, histórias, culturas, identidades e sobre(vivências)” (2020, p. 78).

Um dos escritores pioneiros no registro dos mitos dos povos indígenas e na narrativa voltada para crianças é Kaká Werá<sup>13</sup>. A obra, *As fabulosas fábulas de Iauaretê* (2007), publicada pela editora Peirópolis e premiada no Catálogo de Bolonha (Alemanha), reconta as aventuras da onça-rei, Iauaretê, dando voz aos animais e recorrendo à fantasia para abordar temas, como a coragem, o medo e a morte. O livro *Uga: a fantástica história de uma amizade daquelas* (2023), pela editora Peirópolis, retoma a forma das fábulas, aliando sabedoria ancestral à magia em interações dos personagens animais.

Outro autor que deve ser destacado neste cenário contemporâneo em que se afirma o gênero, é Yaguarê Yamã<sup>14</sup>. De sua produção de mais de trinta livros, *Contos na floresta* (2012), editado por Peirópolis, reúne contos fantásticos em que os mitos são recontados com suspense e terror, retomando a tradição do povo Maraguá. *Cocarzinho amarelo* (2022), de edição bilíngue (português-nheengatu), publicado pela editora Globinho, comprova a criatividade e o diálogo do autor com o sistema literário em que emerge a produção infantil indígena. Em evidente intertexto com *Chapeuzinho*

<sup>13</sup> De origem dos Tapuias, do sudeste do Brasil; é escritor, educador, terapeuta e conferencista. Disponível em <https://www.kakawera.com/>. Acesso em janeiro de 2025.

<sup>14</sup> Yaguarê Yamã, da etnia Maraguá, é escritor, ilustrador, geógrafo amazonense. Disponível em: <https://yaguareh.blogspot.com/>. Acesso janeiro de 2025.

*vermelho*, o livro narra a história de Putíra Purâga, a menina que sai pela floresta para levar um cesto com beiju de pé de moleque à avó.

O escritor Tiago Hakiy<sup>15</sup> ganhou evidência pelo reconto das tradições indígenas de seu povo. Duas de suas obras levam o selo altamente recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil (FNLIJ). Em 2011, pela editora Paulinas, publicou *Awyató-pót: histórias indígenas para crianças*, livro em que narra a aventura do menino guerreiro Mawê que deve combater o monstro que ameaça seu povo. Com a obra *Guaynê derrota a cobra grande: uma história indígena*, em 2012, foi vencedor do Concurso Tamoios de Textos de Escritores Indígenas. Na produção que provém do espaço acadêmico, o escritor Ailton Krenak estreou na literatura infantil com a obra *Kuján e os meninos sabidos* (2024), editado pela Companhia das Letrinhas. O livro envolve os leitores ao narrar o retorno do Criador à terra, em forma de um tamanduá, a fim de visitar e ensinar seus filhos as histórias da criação, as cantigas e a cura para doenças, celebrando, desse modo, o conhecimento ancestral dos povos originários.

Da escrita de mulheres indígenas, Eliane Potiguara<sup>16</sup> se destaca como precursora da escrita e ativismo femininos. Com o livro *O pássaro encantado* (2014), publicado pela editora Jujuba, a autora, que quando criança ouvia as narrativas contadas pela avó, põe em evidência o papel e importância das anciãs na continuidade das tradições e do reconto para crianças. Podem ser acrescentadas ao grupo de escritoras em movimento, embora nem todas possuam obras catalogadas no gênero infantil e/ou juvenil, nomes como: Márcia Wayna Kambeba; Lia Minápoty; Lucia Tucuju; Truduá Dorrico; Auritha Tabajara; Aline Pachamama, entre outras.

Este cenário em constante movimento permite reconhecer parcialmente autores e obras publicadas para crianças e jovens. Do mesmo modo, ressalta-se a dificuldade de enquadrar essas produções em categorias de textos ou em subgêneros. A consulta em canais de internet; sites de autores; de editoras e/ou livrarias especializadas, tal como a *Livraria Maracá*<sup>17</sup>, auxilia na compreensão de uma literatura que vem conquistando espaço no mercado editorial, em um movimento de intercâmbio no sistema literário. Por

<sup>15</sup> Tiago Hakiy pertence ao povo Sateré-Mawé, de Barreirinha, estado do Amazonas. Disponível em: <https://encontrosconfabulantes.blogspot.com/2017/04/literatura-indigena-thiago-hakiy.html>. Acesso em janeiro de 2025.

<sup>16</sup> Descende dos povos Potiguara, dos avós migrantes nordestinos. Disponível em: <https://www.elianepotiguara.org.br/>. Acesso em janeiro de 2025.

<sup>17</sup> Livraria on line: <https://www.livrariamaraca.com.br/>

meio de *lives*, autores reivindicam e ocupam espaço da cultura digital e contribuem para a visibilidade de suas obras. A pesquisa de Carina Oliveira Silva<sup>18</sup> que entrevistou autores indígenas, em período pandêmico, em *lives* no *Instagram*<sup>19</sup>, em busca de compreender os sentidos produzidos por esses escritores, comprova um movimento crescente de divulgação da literatura indígena brasileira nas redes sociais.

No intercâmbio com o sistema literário se visualiza um repertório das obras indígenas que dialoga com a produção não-indígena, no que tange à oralidade, ao reconto, ao animismo, à fantasia, à aventura, à representação de personagem bichos e ao protagonismo de personagens crianças. As obras contempladas na premiação *Jabuti*, *A boca da noite* (2017), de Cristino Wapichana; *Vozes Ancestrais* (2017), de Daniel Munduruku; *Apytama: Floresta de histórias* (2024), de Kaká Werá, exemplificam temas em comum, integrando a ancestralidade a um cotidiano de vivências e aprendizagens.

### 3. Os saberes da ancestralidade e a literatura infantil e juvenil indígena

As particularidades da literatura de autoria indígena devem ser buscadas na promoção do ativismo que faz dos autores porta-voz de seu grupo, compartilhando os saberes ancestrais de sua comunidade pela perspectiva de quem os vive, interferindo na forma como o leitor deve olhar para as comunidades indígenas e também como deve olhar para a história já escrita. Sobre o alcance da literatura indígena para crianças, a pesquisadora e descendente do povo macuxi, Julie Dorrico afirma:

Ao desmistificar desde cedo pelo livro indígena as imagens pejorativas cimentadas ao longo dos séculos, as crianças e os educadores não indígenas poderiam (e podem) aprender a respeitar a diversidade pluriétnica. Por isso, a literatura indígena infantojuvenil dá-se a conhecer via narrativa: na descrição do cotidiano, dos modos de vida tradicionais, da história das organizações sociais, das crenças, das lutas políticas, indo por outro caminho que não a famigerada armadilha do exótico, que os lança ao passado e os proíbe de desfrutar o presente.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> *Literatura indígena: retomada, protagonismo e resistência*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

<sup>19</sup> @literatura.indigenabrasil

<sup>20</sup> Disponível em <https://quatrocincoum.com.br/artigos/literatura-infantojuvenil/ouvir-a-diferenca/>. Acesso em janeiro de 2025.

A literatura indígena desconstrói a imagem estereotipada dos povos originários reduzidos à animalidade, à selvageria ou à figura do índio genérico, "que fala o tupi, adora Tupã, vive nu nas florestas", representados nas escolas na data comemorativa do "dia do índio" (Kayapó, 2019, p. 58). Em suas diferentes versões, da narrativa do cotidiano ao conto maravilhoso, as narrativas fogem do exótico e abrem as portas da escola para diversidade pluriétnica. Em uma composição que privilegia a oralidade, as aventuras, plena de animismo, os autores tendem a narrar o mundo da infância indígena, representado na figura do curumim, de bichos e da floresta.

O livro de Cristino Wapichana<sup>21</sup>, *A Boca da Noite* (2016), publicado pelo grupo editorial Zit e contemplado com a Estrela de Prata do Prêmio *Peter Pan*, da Suécia, e com o *Prêmio FNLIJ e Jabuti*, em 2017, na categoria infantil, apresenta a aventura e curiosidade dos curumins, Kupai e Dum. Ambos vivem a liberdade de ser criança na aldeia, mergulhando no rio, contemplando extasiados o pôr do sol. A imaginação da criança dá vida aos elementos ao seu redor. A humanização da noite e do sol figura um animismo que impulsiona a curiosidade e atividades dos meninos: "Fiquei imaginando como era o corpo da noite... Pois se tem boca, tem que ter cabeça, nariz, orelha, cabelo, braços, pernas, mãos, pés..." (p. 9, 2016). A imaginação do curumim leva-o a vivenciar no sonho os perigos da noite e da Laje do trovão.

A paisagem da região habitada pelos Wapichana é representada na ilustração de Graça Lima, predominantemente em vermelho, preto, amarelo, laranja — cores que lembram o urucum, jenipapo, a fuligem e o açafrão. A perspectiva do alto e do distante consegue simbolizar a aventura na Laje do Trovão, bem como expressa a forma como o menino percebe o mundo, grandioso e misterioso. O mistério invocado na narrativa remete à cosmogonia wapichana, "quando o céu era perto, tudo falava, era puri, magia"<sup>22</sup>. Céu e terra eram unidos e os seres que os habitavam tinham uma única fala. A criança curumim com sua inocência busca compreender a "boca da noite", reativa o poder da fala na aproximação com o pai, com a mãe, com quem conversa em sonho, e com o irmão. O livro mostra que a força simbólica e espiritual da ancestralidade permanece e é lembrada de modo simples, a cada questionamento do curumim, a cada imagem na narrativa:

<sup>21</sup> Pertence aos povos Wapichana que habitam tradicionalmente a região de Roraima, no interflúvio dos rios Branco e Rupununi,, na fronteira entre o Brasil e a Guiana.

<sup>22</sup> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wapichana>

Eu acho que tem uma poesia dentro de cada história, tem simbologia, tem força, tem uma espiritualidade. Elas são bem, como a gente diz, não é que elas sejam tão explicáveis, elas são muito visíveis, elas são visíveis. Eu acho que, quando você está lendo, você consegue perceber que ela é muito imagética, é isso (Wapichana, 2018, p. 79)

Na história de *A boca da noite* não há um mito sendo narrado, mas a cultura e simbologia do povo Wapichana são lembradas no sonho com a mãe, no diálogo com o pai, no cotidiano na aldeia, na aventura na Laje do Trovão.

Na próxima obra indígena premiada, também em 2017, *Vozes Ancestrais*, catalogada como juvenil pela editora FTD, são narrados mitos indígenas de diferentes povos. Com o objetivo de apresentar ao leitor a diversidade de culturas dos primeiros habitantes do território nacional, Daniel Munduruku buscou representantes de dez povos indígenas, do norte a sul do país: Paiter Suruí, Tikuna Magüta, Maraguá, Tabajara, Krenak, Kaingang, Nambikwara, Kadiwéu, Umutina, Kurâ-Bakairi. O escritor coletou suas narrativas e as recontou, “procurando preservar o modo tradicional de narrar de cada um” (2016, p. 11). As narrativas reconstituem mitos de origem, contos de rituais, de moralidades e ensinamentos. A cada conto apresentado, há informações sobre o povo a que pertence: etnia, localização, população, fotos, dados estatísticos, região de origem.

Além do teor literário, o livro contempla arte fotográfica, apresentando ao leitor cenas da vida cotidiana, faces e corpos indígenas pintados, de crianças, mulheres e jovens, próximos da câmera, parados ou em movimento, em um registro que captura os “sentidos da existência”, conforme explica o autor (Munduruku, 2016, p. 11). Ao final do livro, temos um glossário, agradecimentos, informações sobre o autor e os créditos das fotografias. O glossário com a língua indígena é bastante comum no formato de obras indígenas, em que se tem a preocupação de explicar ao leitor o significado dos termos, na medida em que orienta para a diversidade linguística.

Cada etnia possui um modo específico de se vestir, de usar adornos, de se pintar, de caçar ou de colher, relacionando-se de modo diverso entre si e a natureza. Essas diferenças culturais dos povos originários se devem, de acordo com o linguista e indigenista Wilmar D’Angelis, não só às diferentes migrações vindas do outro lado do Oceano Pacífico, mas também à paisagem local, ao tipo de bioma que determinou como

cada povo necessitaria adaptar-se: uns em floresta fechada, outros em campos e cerrados, próximos de grandes rios ou em regiões montanhosas (2016, p. 75).

As origens étnicas podem auxiliar na compreensão de crenças, mitos e ritos. Na narrativa *O olho-d'água do pajé* é retratada a relação com a água, fonte de vida, manifestada de modo sagrado ao povo Kalabaça e Tabajara. A fonte que nasceu por meio da intercessão mágica do pajé serve para acabar com a seca na aldeia e socorrer seu povo. Os Tabajara, indígenas que habitavam o sertão do estado do Ceará, são escolhidos para beber da fonte, já as pessoas de fora da comunidade são impedidas de ter acesso a ela. No mito de origem, *Como o fogo foi roubado do tamanduá-bandeira*, o povo Nambikwara, que habita Mato Grosso e Rondônia, conta sua relação ancestral com o fogo, confirmando sua importância em um modo de vida nômade, entre a floresta e o cerrado.

As narrativas não apenas apresentam histórias de um remoto passado ancestral, mas também podem informar o modo como muitos povos ainda vivem e como acreditam que devam ser os ensinamentos aos jovens indígenas. O conto, *A festa da moça nova*, traz um rito vivenciado pelos Tikuna Magüta que prepara a vida adulta da menina que se torna mulher. Ao mesmo tempo em que celebra uma fase importante da vida, o rito reforça as tradições e relembrar o povo Tikuna “que saíram dos braços do criador” (2016, p, 24). Na narrativa de moralidades, *Os dois teimosos*, é aplicado um castigo nos irmãos que realizam a caça irresponsável. Os jovens que caçaram sem necessidade são aterrorizados pelo dono da mata que se vinga, ao devorar um dos irmãos. Essa forma aterrorizante de narrar caracteriza a tradição Maraguá, povo reconhecido pelas “histórias de assombração”, conforme reconhecemos nos recontos *Contos da floresta*, de Yaguarê Yamã (2012).

Com mais diversidade de estilos, o livro *Apytama: Floresta de histórias* (2023), editado pela Moderna, organizado por Kaká Werá, oferece ao leitor uma coletânea de histórias: contos, poemas, crônicas e ensaio. O título *apytama* significa, na língua tupi, “feixe de lenha, ramalhete de plantas ou flores” (2023, p. 7), abrigando o sentido etimológico de antologia, conforme esclarece o organizador. Premiado em 1º lugar na categoria juvenil, do *Jabuti*, em 2024, o livro inclui textos de Ademario Ribeiro Payayá, de Auritha Tabajara, Cristino Wapichana, Daniel Munduruku, Edson Kayapó, Truduá Dorrico, Kaká Werá, Márcia Kambeba e Tiago Hakiy. Ao final da coletânea, o

organizador apresenta um mapa do território dos povos originários, informando números de sociedades indígenas, línguas e dialetos, bem como a relação dos povos com a sociedade brasileira. Importa observar esses elementos que costumam ser identificados como paratextuais e que são comuns em livros infantis. Na literatura indígena, mapas, glossários, desenhos e grafismos acompanham e ressignificam as histórias, informando e orientando a leitura.

A coletânea abre com os poemas de Ademario Ribeiro Payayá que questionam a diversidade de etnias e seus diferentes dialetos e representações. Se a palavra casa é *Oca* para o Tupi, já não é na língua Yanomami, Munduruku ou em outras etnias. Com musicalidade e jogo de palavras, o poeta propicia uma visão múltipla da linguagem, da celebração e cantiga Payayá. No cordel, *Respeite a mãe natureza*, Auritha Tabajara, se identifica como nativa de terra cearense e questiona o propósito da existência humana. Em sua visão crítica da humanidade que polui, destrói e maltrata, a poeta convida o leitor para aprender que “ter cultura é ter riqueza” (2023, p. 20).

Do gênero poético, o texto *Andirá: o rio que desagua em minha aldeia*, de Tiago Hakiy, encerra a antologia cantando a beleza e magnitude do rio Andirá. Além de fornecer a pesca para a sobrevivência, o rio fornece histórias, aventuras e memórias. É um rio que sente, que suspira, que transforma, que vive em interação com a floresta, com o céu que se espelha nele e com o mar, no qual deságua. De forma poética, o autor anuncia o poder de transcendência desse rio: “nele cabe o Amazonas inteiro, sempre pronto para navegar e desaguar, junto com as estrelas no mar” (2023, p. 71).

Em diálogo com o maravilhoso, o conto de Cristino Wapichana, *Meu avô pajé*, narra a história de um curumim que foi salvo por botos de uma tempestade no rio. O menino cresceu e se tornou médico da aldeia, pajé e professor, representando a “parte viva de um milagre autêntico de um Criador generoso e magnífico” (2023, p. 30). O avô ensina para o neto a força sagrada da floresta e a aliança com a Mãe-Terra. No diálogo com as fábulas, no conto *O urubu*, Truduá Dorrico apresenta o reconto do pássaro *ptunai*, o urubu, fadado a sobreviver comendo carniça. O conto remete a um tempo de origem que justifica a existência do urubu, ave personificada que contribui “para a limpeza da floresta e do mundo” (2023, p. 49). Nessa vertente do maravilhoso, a narrativa de Márcia Kambeba, em *A escola da Matinta*, retoma a história de um ser espiritual que possui a missão de orientar as pessoas para preservação da floresta. Com

o dom de voar, em forma de pássaro, Matinta defende a natureza e ensina: “somos guardiões, vivemos em uma casa comum que é o planeta Terra” (2023, p. 64).

As duas crônicas, presentes na antologia, enfocam acontecimentos com crítica e realismo. No texto, *Um dia já fui índio*, Daniel Munduruku reflete sobre a atual condição indígena, ainda presa ao passado na visão da sociedade. O autor alerta para o perigo de uma história oficial que omitiu a diversidade cultural e linguística do país e que tem ensinado a necessidade de um modelo econômico, pautado no desmatamento.

A violência contra povos originários também é retomada na crônica de Kaká Werá, *Noite em branco*. O autor se reporta a um fato verídico, o assassinato do pataxó, ocorrido em 1997. No texto, a violência da ação colonizadora é relacionada ao crime contra o indígena que repousava “para descansar todos os ossos de seus antepassados” (2023, p. 54). A crônica, ao trazer para o leitor um crime cometido por pessoas jovens, convida para que os novos leitores repensem seu papel social e a dívida que a sociedade tem com antepassados indígenas.

Em outro texto para reflexão, a coletânea oferece o ensaio de Edson Kayapó. O texto, *Os espíritos da floresta anunciam*, retoma o debate sobre o ecossistema e a necessidade de preservar os biomas. Os modos de vida dos povos indígenas comprovam a possibilidade de uma vida equilibrada com a natureza. Nessa relação, os rios são avós, a terra é Mãe, animais e montanhas são irmãos e todos exercem um papel essencial na vida humana. Com esse ensaio, Kaiapó propõe “indianizar as relações sociais, no sentido de enxergar o meio natural como irmão, como Mãe, a mãe terra” (2023, p. 42).

*Apytama: Floresta de histórias* (2023) oferece ao leitor o prazer das narrativas com aventura, fantasia e curiosidades e o deleite da emoção poética, que desperta para sensibilidade da imagem e da musicalidade; mas oferta, sobretudo, a reflexão, o convite a uma postura crítica que conscientize o jovem leitor sobre questões emergenciais, como o desmatamento, a violência e o preconceito contra o indígena.

### **Considerações finais:**

As narrativas para a infância foram gestadas pelo pensamento colonial e monocultural que predominou no sistema literário, ignorando a riqueza da diversidade étnica e cultural do país. A isso se deve o apagamento da literatura de autoria indígena no mercado editorial e explica também a figuração de estereótipos, em literaturas

escritas por autores não indígenas. Os preconceitos reforçados nesse cenário vieram ao encontro de políticas de exclusão que determinaram um espaço de marginalidade aos povos originários. Entretanto, a obrigatoriedade da Lei nº 11.645 impulsionou a produção de autorias indígenas, incluindo as categorias infantil e juvenil, que vieram corresponder ao propósito da educação étnico-racial no contexto escolar.

Assumindo um papel de ativismo, autores indígenas têm se empenhado para preservar, valorizar e difundir as diversas etnias, ocupando espaços e movimentando a literatura no polissistema cultural. A academia e as premiações refletem o movimento de ativismo desses autores que têm conquistado espaços de legitimação. A produção e circulação recentes dos livros de autoria indígena podem explicar a pouca visibilidade e o número reduzido de premiações até o momento, bem como a presença única de um autor indígena como imortal da academia. Contudo, no polissistema cultural, o literário não se reduz ao canônico, tampouco ao premiado, e deve ser compreendido no contexto dinâmico em que é gestado, produzido, comercializado, consumido, recepcionado e criticado.

Os sistemas não significavam sozinhos, mas um dá significado ao outro, pondo em foco as opções ideológicas e contra-ideológicas que os sustem. No intercâmbio dessa relação, é possível reconhecer como a escola, com sua ideologia, e o mercado editorial, com seus interesses econômicos, modificaram as formas das narrativas indígenas e influenciaram a catalogação de obras.

Contudo, é necessário lembrar que lendas, mitos, ritos, fábulas constituem a cultura e espiritualidade indígenas. Não são textos ficcionais; são narrativas da tradição oral indígena que foram assimiladas, ou apropriadas indevidamente, pela cultura ocidental que modificou sua estrutura, seus nomes, alterando o final da história e descontextualizando narrativas sagradas para os povos originários. Embora a premiação e a academia ainda não reconheçam, de modo significativo e quantitativo, essa importância, a contribuição indígena foi decisiva para definição de um repertório de identidade literária no polissistema cultural.

No breve panorama apresentado, acerca dos escritores indígenas que têm se dedicado ao gênero infantil e juvenil, é possível reconhecer que saberes ancestrais singularizam a produção e apresentação dessa literatura que descortina a diversidade étnica em línguas, mitos, ritos e costumes. Nas obras de recontos, *Vozes Ancestrais*

(2016) e *Apytama: Floresta de histórias* (2023), os textos de mitos de origem, rituais, contos, crônicas, poemas e ensaios, ao mesmo tempo em que revivem a memória ancestral, informam o modo como muitos povos vivem, divulgando culturas e combatendo preconceitos. A obra organizada por Kaká Werá, dialoga com o maravilhoso e oferta ao leitor aventura, fantasia e emoção poética. Na coletânea de Munduruku, a diversidade pluriétnica se antepõe às diferentes formas de narrar, do mito de origem, do conto ritualístico ao reconto fabular. A narrativa de aventura na aldeia, em *A Boca da Noite* (2016), sintetiza a força espiritual da ancestralidade Wapichana.

Em estilos diferenciados, mas unidos em um movimento comum, cada escritor engendra uma reconstrução da história, em que os lugares ocupados possam ecoar as vozes plurais de sujeitos coletivos no polissistema cultural. Os autores indígenas movimentam a literatura para o caminho da formação de leitores, conscientes da ancestralidade renovada em narrativas e comprometidos com a diversidade étnico-racial que compõe a identidade de nossa cultura.

## Referências:

BRASIL. *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wapichana>. Acesso em dezembro de 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CBL). *História – Prêmio Jabuti*. São Paulo: CBL, 2025. Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/jabuti/historia/>. Acesso em janeiro de 2025.

COSSON, Rildo. *Literatura infantil em uma sociedade pós-literária: a dupla morfologia de um sistema cultural em movimento*. Revista Pro-posições. DOSSIÊ Literatura, infância e espaços escolares. Campinas: UNICAMP; Faculdade de Educação, 2016. Vol. 27; No. 2. ISSN 1980-6248. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0103-730720160002&lng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-730720160002&lng=p).

D'ANGELIS, Wilmar. *Povos indígenas: suas narrativas tradicionais*. In: MUNDURUKU, Daniel. *Vozes ancestrais: dez contos indígenas*. São Paulo FTD: 2016.

DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando; DORRICO, Julie. *Indígenas em movimento. Literatura como ativismo*. Revista Remate de Males. Campinas-SP, v.38, n.2, pp. 919-959, jul./dez. 2018.

DANNER, Leno F; DANNER, Fernando; DORRICO, Julie. *Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira*. ALEA. Rio de Janeiro. vol. 22/1. p. 59-74; jan-abr. 2020. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/alea/a/gSLJSgfsj6JwNSx9tKXB3Pk/?lang=pt>. Acesso em janeiro de 2025.

DORRICO, Julie. *Panorama da literatura indígena brasileira: entrevista com Julie Dorrico*. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/literatura-infantjuvenil/ouvir-a-diferenca>. Acesso em 02 fev. 2022.)

EVEN-ZOHAR, Itamar. *El sistema literario*. Disponível em [https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-sistema\\_literario.pdf](https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-sistema_literario.pdf). Acesso em janeiro de 2025.

EVEN-ZOHAR, Itamar. *Teoria dos polissistemas*. Trad. Luis Fernando Marozo; Carlos Rizzon; Yanna Karlla Cunha. Revista Translatio (Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva). UFRGS. N. 05. Ano 2013. Disponível em <https://seer.ufrrgs.br/translatio/article/view/42899>. Acesso em janeiro de 2025.

JEKUPÉ, Olívio. *Tekoá: conhecendo uma aldeia indígena*. São Paulo: Global, 2011.

KAYAPÓ, Edson. *A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?* In: *Culturas indígenas, diversidade e educação* /Sesc, Departamento Nacional. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. p. 56-80.

KËHÍRI, TÔRÂMÃ. *Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos desana-këhíripôrã / tôrâmã këhíri, umusi pârökumu*. Desenhos de Luiz e Feliciano Lana. -- 2. ed. – São João Batista do Rio Tiquié : UNIRT ; São Gabriel da Cachoeira : FOIRN, 1995. 264 p. (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro).

KRENAK, Edson. *O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a lei nº 11.645/2008*. Cad. Cedes, Campinas, v. 39 n. 109, p. 321-356, set.-dez., 2019.

MAROZO, Luís F. *A contribuição de Even-Zohar para a abordagem da literatura*. Revista IPOTESI, JUIZ DE FORA, v.22, n.2, p.09-19, jul./dez. 2018.

MUNDURUKU, Daniel. *História de índio*. São Paulo Companhia das Letrinhas, 1996.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1980)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. *Vozes ancestrais: dez contos indígenas*. São Paulo FTD: 2016.

PATAXÓ, Carina O. *Literatura indígena e educação*. In: LICÁ, Márcia. (Org.) *Infâncias e leituras: presenças negras e indígenas na literatura infantil*. São Paulo: Pulo do Gato, 2024.

POLASTRINI, Leandro F.; SILVA, Rosana R. *A (des)construção de estereótipos em Crônicas indígenas (para rir e refletir na escola)*, de Daniel Munduruku. Editora e Revista Todas as Musas. Ano 14 - Número 01 (Jul - Dez 2022). p. 42 – 53. Disponível em: [https://www.todasmusas.com.br/14\\_01.html](https://www.todasmusas.com.br/14_01.html). Acesso em janeiro de 2025.

PUCHEU, A. *Eliane Potiguara: antes que tudo em mim se transforme em morte*. CULT. 20 jan. de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/eliane-potiguara-perfil/>. Acesso em janeiro de 2025.

RIBEIRO, Ademario. *Literatura indígena, ancestralidade e contemporaneidade: Vozes empoderadas*. In: DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L.F. *Literatura indígena brasileira contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo*. Porto Alegre: Fi, 2020.

ROCHA, Dheiky do R. M.; MAGALHÃES, Maria do S. R.; AGUIAR, Vera T. de. *Literatura premiada para crianças e jovens: da composição à sensibilização*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022. (*Coleção Literatura e Interfaces*).

SAMPAIO, Leila S.; OLIVA, Luzia Ap. *Entrevistas com Márcia Wayna Kambeba e Olívio Jekupé*. In: PEREIRA, D. C.; OLIVIERI-GODET, R.; SANTOS, R. C. Z. Dossiê: *Tensões identitárias, diálogos e desafios na representação do indígena na literatura brasileira desde o século XVI*. CERRADOS (REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA); ano 30, Brasília, p. 472-481, mai 2021.

SILVA, Carina O. *Literatura indígena: retomada, protagonismo e resistência*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

WAPICHANA, Cristino. *Por que escrevo? – relato de um escritor indígena*. In: *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. DORRICO, J.; DANNER, L. F.; CORREIA, H. H. S.; DANNER, F. (Orgs.). Porto Alegre: Fi, 2018.

WAPICHANA, Cristino. *A boca da noite*. Rio de Janeiro, Zit, 2016.

WERÁ, Kaká (org.). *Apytama: Floresta de histórias*. São Paulo: Santillana Educação, 2023.

Recebido em: 30 de março de 2025.

Aceito em: 30 de junho de 2025.